

TRADUÇÃO

WHITE, H. A Rejoinder. A Response to Professor Chartier's Four Questions. *Storia della Storiografia* 27, (pp. 63-70), 1995.

HUGO MERLO

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro | Rio de Janeiro | Brasil
hugormerlo@gmail.com
orcid.org/ 0000-0002-7463-1126

APRESENTAÇÃO

O texto aqui traduzido foi publicado originalmente em 1995, na revista *Storia della Storiografia*, como parte de um debate travado por Hayden White com Roger Chartier a propósito dos fundamentos epistemológicos, narrativos e éticos da escrita da história.¹ Trata-se de uma réplica direta às quatro perguntas formuladas por Chartier, inserida em um contexto mais amplo de controvérsias que marcaram a historiografia das décadas de 1980 e 1990, especialmente em torno do chamado giro linguístico, do estatuto da narrativa histórica e das fronteiras entre história e literatura.

¹ Tradução realizada com permissão do executor do *Brose-White Trust* e do *Hayden White Literary Estate*.

Nesse horizonte, a intervenção de White responde a uma crítica recorrente dirigida à sua teoria narrativista da história: a de que, ao enfatizar as dimensões figurativa, retórica e narrativa da historiografia, ele estaria relativizando os critérios de verdade e enfraquecendo os fundamentos éticos e disciplinares do conhecimento histórico. Em seu limite, tal posição teria como consequência indesejável a indistinção entre narrativas historiográficas rigorosas e discursos falsificadores ou negacionistas. O texto ora traduzido enfrenta diretamente essa acusação, não por meio de uma retratação teórica, mas por uma defesa cuidadosa do sentido específico de seu relativismo – entendido não como licença epistemológica irrestrita, mas como reconhecimento das condições culturais, linguísticas e institucionais que moldam a produção do conhecimento histórico.

Do ponto de vista intelectual, esta réplica ocupa um lugar singular na trajetória de Hayden White. Não se trata ainda do autor do *passado prático*, nem tampouco do White “clássico” de *O fardo da história* ou de *Metahistória*. O que se observa aqui é um momento intermediário, no qual o autor, mantendo intacto o núcleo de sua concepção narrativista, se vê compelido a esclarecer mal-entendidos persistentes acerca de sua obra e a responder às críticas de historiadores associados a uma defesa mais convencional da disciplina. Embora seja um texto breve e pouco citado – e, ao que tudo indica, jamais republicado –, ele desempenha um papel importante ao matizar as objeções de Chartier, cuja recepção no Brasil foi ampla e precoce, mas raramente acompanhada da consideração sistemática da resposta de White.

A publicação desta tradução busca, nesse sentido, reparar uma assimetria específica na circulação desse debate em língua portuguesa. Em todas as línguas em que o texto de Chartier foi traduzido, com exceção do português, o título remete explicitamente à formulação de *Quatro perguntas para Hayden White*, indicando que se trata de uma intervenção em um debate público. No Brasil, contudo, a tradução do texto de Chartier foi publicada apenas como o quarto capítulo da coletânea *A beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes* (2002), sob o título *Figuras retóricas e representações históricas*, sem qualquer nota introdutória que informasse ao leitor que se tratava de uma peça de um debate travado entre os autores nas páginas da *Storia della Storiografia* entre 1993 e 1995. Essa ausência contribuiu para que a recepção brasileira se desse de forma parcialmente descontextualizada, reforçando leituras que tomaram as críticas de Chartier como conclusivas, sem acesso à réplica de White.

Tal lacuna contrasta com o cenário mais recente da recepção de Hayden White no Brasil, marcado por uma inflexão positiva a partir da década de 2010, em especial com o evento realizado em 2013 na Universidade Federal do Espírito Santo, por ocasião dos quarenta anos de *Meta-História*², que consolidou um espaço de debate mais informado e conceitualmente rigoroso em torno de sua obra. Ao tornar acessível, em português, esta réplica inédita, a presente tradução busca não apenas completar um diálogo historiográfico específico, mas também contribuir para uma leitura menos caricatural e mais historicamente situada do pensamento de White.

Lida hoje, a resposta de Hayden White a Roger Chartier não deve ser entendida apenas como um episódio pontual de polêmica historiográfica³, mas como uma intervenção esclarecedora sobre questões que permanecem centrais para a teoria da história contemporânea: a relação entre narrativa e verdade, os limites éticos da representação do passado e o papel das convenções disciplinares na produção do conhecimento histórico. Ao disponibilizar este texto em português, espera-se ampliar as condições de leitura crítica desse debate e oferecer ao público brasileiro a possibilidade de acompanhar, em seus próprios termos, uma das discussões mais relevantes da historiografia recente.

² As informações sobre esse evento encontram-se nesse link: <https://metahistory-ufes.blogspot.com/>. O evento também resultou na publicação de um volume em português – BENTIVOGLIO, Julio & TOZZI, Veronica (orgs.). *Do passado histórico ao passado prático: 40 anos de Meta-história*. Vitória: Milfontes, 2017 – uma coletânea de mesmo título em espanhol (também organizada por Julio Bentivoglio e Veroniza Tozzi Thompson) e um volume especial da revista *Storia della Storiografia*.

³ Polêmicas essas já estudadas no Brasil. Destaco MARQUEZ, Rodrigo Oliveira. Três polêmicas com Hayden White. *Revista de Teoria da História* 5, (pp. 54-82), 2011; CUNHA, Marcelo Durão R. da. Relações de força e limites da ética historiográficas: a representação histórica no debate entre Carlo Ginzburg e Hayden White. *Sinais* 15, (pp. 16-33), 2014; e GARCIA, Fernando Gomes. Hayden White e os limites da escrita do Holocausto: do narrativismo ao passado prático. *Intelligere – Revista de História Intelectual* 13, (pp. 150-180), 2022. Sobre a recepção do giro linguístico e do narrativismo no Brasil, ver o livro MARQUES, Danilo Araujo. *No fio da navalha: historicidade, pós-modernidade e fim da história*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017; e o artigo, mais recente, SANTOS, Wagner Geminiano dos. A crítica historiográfica no Brasil nos anos 1990 e o espectro do *linguistic turn*: embates entre “modernos” e “pós-modernos”. *Historia da Historiografia* 12/30, (pp. 312-343), 2019.

UMA RÉPLICA

Uma Resposta às Quatro Perguntas do Professor Chartier

Gostaria de agradecer ao professor Chartier pela cortesia com que tem tratado o meu trabalho ao longo de tantos anos e pela seriedade dos seus esforços em debater amigavelmente questões relacionadas à escrita e ao pensamento histórico. Gostaria de começar a minha réplica respondendo às quatro perguntas que ele fez a mim em, agora, quatro idiomas: francês, inglês, espanhol e português. Em seguida, gostaria de fazer algumas observações sobre o principal alvo de sua crítica, o meu livro *Meta-História: A Imaginação Histórica do Século XIX*.

Eis aqui minhas respostas às quatro perguntas do professor Chartier:

1) Ele pergunta se não é “contraditório” invocar uma teoria pós-saussureana, estruturalista ou (o que, para Chartier, é a mesma coisa) “determinista” da linguagem, e, ao mesmo tempo, afirmar que as historiadoras⁴ têm aquele tipo de liberdade tradicionalmente concedida aos poetas ou a outros tipos de escritores criativos? A minha resposta a esta pergunta é que não vejo qualquer contradição entre a ideia de que os códigos (linguísticos e outros) que circulam numa dada cultura *estabelecem limites* ao que se pode dizer e a ideia de que *as escolhas* entre os códigos podem ser feitas com mais ou menos liberdade, de forma mais ou menos autoconsciente. Eu estava falando de discursos, não do cosmos. Como escreveu Marx, “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram”⁵. O mesmo se aplica, diria eu, à construção dos discursos.

⁴ NT: Ao longo do texto, Hayden White utiliza sempre os pronomes femininos *she* (ela) e *her* (dela) junto à palavra *historian* (historiador ou historiadora). Por essa razão, optei por traduzir também as ocorrências do termo flexionado no plural (*historians*) pelo gênero feminino em português (historiadoras) – tendo em vista que, na língua inglesa, os plurais não possuem gênero gramatical e que, em português, não há um gênero neutro gramaticalmente estabelecido. A exceção está nas passagens em que White se refere aos historiadores e filósofos da história do século XIX estudados em *Meta-História*. Nesses casos, mantive o plural masculino (historiadores), pois White analisa apenas obras de homens. O autor adota com frequência um tom irônico, sobretudo ao tratar do grupo profissional dos historiadores, e, nesse sentido, reconheço que a marcação de gênero no plural – que, recorde, não existe no original – pode, em certos trechos, soar até sexista. Entendo, contudo, que a intenção do gesto discursivo de White foi justamente a oposta: provocar uma quebra de expectativa que desnaturaliza a aparente neutralidade do uso do termo no masculino genérico (ou, no caso do inglês, dos pronomes).

⁵ NT: Essa citação encontra-se em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Uso aqui a tradução de Nélcio Schneider publicada pela Boitempo Editorial em 2012.

2) Sobre a tropologia, Chartier quer saber se tratei um modelo específico de tropologia como se fosse inerente ao imaginário da humanidade ocidental, quando, na realidade, há uma série de modelos desse tipo na história do estudo da linguagem e da retórica e todo o debate sobre a linguagem figurativa – de que a tropologia é um aspecto – tem sido altamente instável e variável de um contexto histórico a outro. Chartier pergunta, então: não deveria eu ter contextualizado os vários discursos dos diferentes historiadores que estudei?

A minha resposta a esta pergunta é que a teoria da tropologia que utilizei para caracterizar os diferentes estilos de figuração utilizados pelos historiadores estudados foi culturalmente dominante no Ocidente desde o final do Renascimento até o Modernismo. Ela foi reavivada, revista e aplicada com sucesso variável na análise de discursos no século XX. Usei essa teoria como modelo para caracterizar as diferentes estratégias empregadas pelos historiadores do século XIX com o fim de descrever, enredar, argumentar e, finalmente, dotar de valores sociais e políticos específicos os eventos do passado que lhes interessavam. Além disso, analisei os *escritos* dos historiadores, *não* as relações entre as suas vidas ou os seus livros e os seus contextos específicos. Afirmo ter encontrado provas do uso dessas estruturas tropológicas *nos textos* que estudei. Em um aparte sobre a teoria freudiana dos mecanismos do trabalho do sonho, observei que a teoria quádrupla dos tropos tinha se tornado canônica na pedagogia do século XIX, e que Freud pode ter absorvido essa teoria no decurso de sua educação e tê-la usado inconscientemente (no capítulo VI de *A Interpretação dos Sonhos*, sobre o *O Trabalho do Sonho*⁶) como modelo para os quatro mecanismos que alegou ter descoberto na análise dos sonhos. Essa leitura estava de acordo com as sugestões nesse sentido feitas anos atrás por Émile Benveniste e Roman Jakobson.

Sempre sublinhei que a tropologia é ponto de intensa contenda. O modelo que utilizei – baseado em Vico, Burke, Barthes, na teoria semiológica moderna, no Estruturalismo, na Desconstrução e numa certa psicanálise – foi escolhido porque me pareceu útil para trazer à tona as questões com as quais eu pretendia lidar. O modelo talvez tenha sido menos útil do que eu imaginava; não foi muito bem recebido. Mas era melhor, penso eu, do que não ter modelo nenhum. E, ao menos, tentei suscitar a questão sobre que tipo de metalinguagem poderia ser mais proveitosamente empregado para caracterizar os diferentes tipos de discurso produzidos por historiadoras, em vez de presumir – como fizeram muitas historiadoras do pensamento histórico – que a linguagem é transparente e que o discurso se limita ao que diz explicitamente (literalmente), e não ao que conota.

Os tropos podem ou não ser inerentes à linguagem e, portanto, estar implicitamente presentes na fala de forma universal; eu não sei. Acho que são um universal *linguístico*. Se isso os torna universais da consciência humana, eu não sei. Certamente estavam bem disseminados no discurso histórico europeu do século XIX, e eu os tratei – como Vico já havia feito em *La Scienza nuova* – como as bases daquela “lógica poética” que informa os discursos de maneira muito mais imediata do que qualquer versão da lógica silogística.

⁶ NT: Sigo aqui a tradução do título do referido capítulo feita por Paulo César de Souza e publicada como o volume 4 das obras completas de Sigmund Freud pela Companhia das Letras em 2019.

3) A terceira questão de Chartier tem a ver com a ideia de que os discursos “factual” e “ficcional” pertencem a duas ordens de enunciados radicalmente distintas; de que a escrita histórica procura residir no “factual” e que, de fato, se define em termos dos seus contrastes com o “ficcional” – coisa contra a qual, segundo Chartier, eu me oponho por acreditar que a narrativa histórica é ela própria mais ficcional do que factual por natureza.

Permitam-me tentar esclarecer o que penso sobre isso. Em primeiro lugar, a minha ideia é a de que, na historiografia *narrativa*, a historiadora, pelo simples fato de optar por enquadrar o seu discurso num modo narrativo, tem de utilizar as técnicas de representação próprias da escrita ficcional para transformar os “fatos” em elementos de uma “narrativa”. Um exemplo: uma coisa é tratar uma dada personagem histórica (digamos, Napoleão) como objeto de descrição fisiológica ou mesmo psicológica; outra coisa é tratar Napoleão (ou qualquer outra pessoa) como uma personagem *de uma estória*. Para transformar a pessoa Napoleão numa personagem de uma estória, a pessoa Napoleão tem de ser transformada numa “figura”, ou seja, dotada de uma função-estória [*story-function*] – ou, em termos técnicos, transformada de ator em actante⁷.

Isso não significa dizer que as narrativizações de eventos reais ficcionalizem *mais* esses eventos do que um tratamento não-narrativo dos mesmos – por exemplo, o tratamento de “estudo de caso” favorecido nas ciências sociais. Não se pode transformar um evento “real” – uma pessoa, um processo, uma relação ou o que quer que seja – numa “função” de um discurso sem o “ficcionalizar”, ou seja, sem o “figurar”. A tradução das coisas da realidade em coisas do discurso é uma ficcionalização.

Se for esse o caso, pergunta Chartier, então como devemos pensar (“*comment considérer?*”) essas “*opérations très lourdes et exigeantes que sont la constitution d’un corpus documentaire, le contrôle des données et des hypothèses, la construction d’interprétation*”⁸ que as historiadoras realizam no intuito de contar a verdade? Eu pediria a ele que considerasse o que Nietzsche talvez teria denominado, não tanto de psicologia, mas sim de fisiologia, biologia e, sim, de economia desse trabalho “*très lourd et exigeant*” que as historiadoras realizam no esforço de descobrir a verdade, toda a verdade e nada mais que a verdade sobre o passado.

A pergunta de Chartier é perspicaz, porque tem a ver com o “valor” do “trabalho” dos académicos nos domínios de estudo que, ao contrário das ciências naturais, não são imediatamente traduzíveis em utilidade tecnológica. Chartier conhece tão bem quanto eu a estranha ambiguidade que informa as pretensões das historiadoras ao estatuto de guardiãs da “realidade”, as suas pretensões de produzir um discurso “factual”, as suas curiosas ideias sobre “descobrir” fatos na realidade e a sua tendência a fingir que não são, elas, muito mais do que um meio neutro por meio do qual os “fatos” são transmitidos do passado para o presente. Creio que é a fraqueza destas afirmações que explica, se não o trabalho real despendido no esforço de descobrir os fatos, pelo menos o “mito” do esforço hercúleo que a

⁷ NT: O autor aqui provavelmente está se referindo à definição que o linguista lituano Algirdas J. Greimas dá ao termo *actante*: participantes ativos (que realizam atos) em qualquer forma narrativa. Ver GREIMAS, A. J., *Sémantique structurale*, Paris: Presse universitaires de France, 1986, p. 174-185; 192-212.

⁸ NT: Na tradução de Patrícia Chittoni Ramos, publicada em *À Beira da Falésia*: “[...] como considerar (e por que perpetuar) essas operações tão pesadas e exigentes que são a constituição de um *corpus* documental, o controle dos dados e das hipóteses, a construção de uma interpretação?” (Chartier 2002, 112).

constituição dos “fatos” supostamente exige. As lendas do vasto trabalho, e mesmo do sofrimento, necessário para se descobrir a verdade sobre o passado, bem como a documentação tipicamente excessiva desse trabalho, na forma de notas de rodapé, citações de fontes, citações de autoridades e coisas do gênero, essas lendas – creio eu – servem a função de assegurar a *sinceridade* da historiadora como porta-voz de suas fontes. Essa sinceridade é precisamente aquela que uma testemunha num tribunal deseja transmitir. Em suma, grande parte das “*opérations très lourdes et exigeantes*” de que fala Chartier pertence ao “teatro” da erudição acadêmica; tem uma função ritual, servindo para atestar a *boa-fé* da historiadora e sendo ofertada em substituição a qualquer coisa que se assemelhe a um procedimento científico. É por isso que estas operações têm de ser perpetuadas. Sem elas, o conhecimento histórico careceria da “*honnêteté*” e da “*objectivité*” que sempre reivindicou. Mas os *tipos* de “honestidade” e “objetividade” a que as historiadoras reivindicam dizem respeito, na verdade, às *convenções* de erudição que vigoram num determinado tempo e lugar e em domínios específicos de *diferentes* comunidades acadêmicas. Em uma palavra: a “objetividade” e a “honestidade” das historiadoras são, tal como os “fatos” que transmitem, “relativas” aos ideais culturais predominantes no tempo e no lugar da sua produção.

4) A quarta pergunta de Chartier tem a ver com o meu “relativismo”. Como é que, pergunta Chartier, posso conciliar o meu “relativismo” com a *exigência moral de verdade* suscitada pela reflexão sobre fenômenos como os “*crimes commis par les tyrannies ou, plus encore, la Shoah*” – e, especialmente, pela negação, por parte dos “revisonistas”, de que a tentativa de genocídio dos judeus tenha sido, de fato, levada a cabo pelos nazistas?

A minha resposta a esta pergunta é que os “revisonistas” não estão, como afirma Chartier, “*fournissent les fondements d’une réécriture radicale de l’histoire contemporaine*”¹⁰, e sim, pelo contrário, simplesmente (e de forma bastante perversa) *negam a ocorrência de certos eventos* do passado recente. Não há nada de “radical” nas ideias dos revisonistas. A *metodologia* que eles alegam empregar baseia-se nos procedimentos históricos mais convencionais. Eles não desafiam aquilo a que Chartier chama de “*techniques de recherche et des procédures critiques*”¹¹ que asseguram a “*honnêteté*” e a “*objectivité*” da historiadora profissional responsável. Na verdade, afirmam ser ainda mais severos e rigorosos na aplicação destas técnicas do que aqueles cujos pontos de vista contestam. É por isso que os seus refutadores cometem o erro de tentar argumentar com eles num suposto terreno comum. Na verdade, não existe terreno comum algum. O discurso dos revisonistas é manifestamente delirante; tem todas as marcas de um discurso psicótico. Só uma pessoa igualmente iludida e psicótica os levaria a sério como opositores. Não há qualquer questão metodológica em jogo no conflito entre os revisonistas e seus críticos. É porque ambas as partes na disputa apelam à mesma ideia do que constitui um fato e de como estabelecê-lo, que nenhum dos lados é afetado pelos argumentos do outro.

⁹ NT: “[...] os crimes cometidos pelas tiranias ou, mais ainda, pelo Holocausto” (Chartier 2002, 113). Note-se a opção da tradutora do texto de Chartier pela substituição da palavra *Shoah* por *Holocausto*.

¹⁰ NT: “[...] fornecem os fundamentos de uma reescritura radical da história contemporânea” (Chartier 2002, 114).

¹¹ NT: “[...] técnicas de pesquisa e procedimentos críticos [...]” (Chartier 2002, 116)

Os revisionistas também não propõem um radical *reenredamento* da história europeia do século XX. Não é como se os revisionistas estivessem propondo uma noção diferente dos “conteúdos” da realidade histórica – como fez a escola dos Annales, quando seus devotos propuseram a “*longue durée*” ou o foco nas “estruturas” e nas séries estatísticas, em vez dos “*événements*” no período da Segunda Guerra Mundial. Não se trata – como defenderam as historiadoras feministas nos últimos vinte anos – de colocar um agente até então não reconhecido no centro da investigação histórica. Na verdade, eles não propõem absolutamente nada de novo conceitualmente. A oposição aos revisionistas é, portanto, mais uma questão pedagógica do que acadêmica ou científica. Não queremos que os seus pontos de vista prevaleçam, não apenas porque são delirantes, mas também porque teriam um efeito pernicioso nas gerações futuras.

Quanto ao relativismo em geral, só tenho a dizer o seguinte. Sempre pensei que o conhecimento histórico era, por natureza, relativista e relativizante. Penso que o relativismo é uma consequência necessária do ceticismo, que, por sua vez, considero ser a atitude apropriada a um trabalho responsável nas ciências humanas e culturais. Penso que uma atitude consistentemente relativista – ou seja, um relativismo que se aplica tanto ao próprio conhecimento quanto ao conhecimento dos outros – é o instrumento mais eficaz para o cultivo da tolerância. Não creio que um relativismo responsável conduza ao nihilismo. Não acredito que se possa “falar o que quiser” sobre tudo. Não creio que os eventos sejam determinados pela linguagem, embora pense que os *significados* que atribuímos aos eventos são produzidos na e pela linguagem. Isso porque penso que não existem significados inerentes a qualquer tipo de evento, natural ou histórico. Mas estas são questões ontológicas e é melhor deixá-las para outra ocasião.

Agora, quanto ao objeto principal do ataque de Chartier ao meu trabalho, o livro *Meta-História*:

Antes de tudo, *Meta-História* foi publicado em 1973. O livro e o argumento nele expostos têm, portanto, mais de vinte e dois anos e, sendo muito franco, já me parecem um tanto gastos – até mesmo aos meus próprios olhos. Como sou um relativista cultural, vejo o livro como uma resposta a questões e problemas que surgiram num determinado tempo e lugar. Eu não estava escrevendo para a posteridade, nem presumi que as minhas ideias sobre a historiografia do século XIX ou sobre o discurso histórico em geral seriam aceitas, em sua totalidade (ou mesmo em parte), pelo *establishment* das historiadoras acadêmicas. Não me surpreende que os críticos tenham encontrado algumas inconsistências na minha apresentação, algumas contradições teóricas e alguns erros factuais. Afinal de contas, o tema é vasto e muito contestado. Além disso, minha expectativa era de que as conclusões fossem consideradas provisórias e sujeitas à revisão após reflexão ou à luz da crítica. Desde então, alterei ou revi alguns dos meus pontos de vista; não estou preocupado em defender tudo o que disse em *Meta-História*. O meu sentimento em relação ao livro é que, se os estudiosos que trabalham nos domínios da análise do discurso, da historiografia ou da teoria da narrativa o considerarem útil para as suas próprias especulações, quer como auxílio, quer como contraste, então a composição do livro justifica-se, no mínimo, por razões práticas ou utilitárias.

Permitam-me agora dizer algo sobre o contexto intelectual em que o livro foi composto, dado que *Meta-História* foi, obviamente, um livro muito próprio do seu tempo e lugar. O livro foi produzido durante um momento de apogeu do estruturalismo nas humanidades, e seu principal objetivo era o de ver como certos princípios estruturalistas podiam ser usados para analisar algumas instâncias do discurso histórico europeu do século XIX. O momento estruturalista já passou e o estruturalismo foi objeto de críticas, revisões e transformações consideráveis desde o seu apogeu. Como qualquer formalismo, o estruturalismo tinha suas limitações; mas eu acredito que uma abordagem formalista ao estudo de qualquer tipo de discurso ou de prática de representação é uma fase necessária para o tratamento analítico completo do fenômeno em questão.

No campo para o qual eu esperava contribuir – a história da consciência, da investigação e da escrita históricas – a abordagem convencional tinha sido a de se concentrar apenas naquilo a que se chamava o “conteúdo” dos escritos históricos, ou seja: 1) os *eventos* selecionados pela historiadora para a análise, 2) os *fatos* supostamente estabelecidos pela historiadora na fase de investigação de seu empreendimento de pesquisa, e 3) quaisquer argumentos – de um tipo geralmente explicativo ou hermenêutico – que ela pudesse ter desenvolvido para explicar o que aconteceu quando, onde e como. A *escrita* propriamente dita, empregada pelas historiadoras para representar tanto os eventos de que se fala quanto o pensamento da historiadora sobre esses eventos, era tratada apenas como um *meio* mais ou menos “estiloso” ou “elegante” e, por conseguinte, mais ou menos “cativante” por natureza, mas que em si mesmo não contribuía em nada de substancial para o “conteúdo” ou para o valor de verdade do relato como um todo. Para pôr nos termos da distinção convencional entre forma e conteúdo: a forma do discurso da historiadora era considerada neutra em termos de valor, não contribuindo em nada para o conteúdo semântico da obra.

Adotei uma abordagem diferente. Pareceu-me que qualquer tentativa de apresentar uma história da *escrita* histórica no século XIX tinha de começar com uma consideração dos documentos primários relativos a esse tópico, que eram os *escritos efetivamente produzidos por historiadores e filósofos da história* e consagrados no cânone de clássicos reconhecidos do pensamento do século XIX sobre a história. Uma vez que eu havia decidido tratar a escrita histórica primeiramente *como discurso escrito* – uma vez que esta era a forma manifesta sob a qual este cânone se apresentava à percepção – senti que precisava de uma teoria sobre o discurso escrito que me permitisse problematizar a ideia avançada pelas historiadoras de que uma história não tinha como objetivo nada mais do que contar a verdade sobre o passado – toda a verdade se possível, mas pelo menos nada mais do que a verdade.

A ideia do tipo de verdade produzida pela pesquisa histórica era, no entanto, problemática. No século XIX, os historiadores, em seu desejo de serem objetivos, científicos ou, ao menos, “realistas” [*realisti*], tenderam a definir a escrita histórica em oposição à “novela”, ao “romance” ou, mais genericamente, à “ficção”. Ao mesmo tempo, a escrita histórica manteve a forma de uma estória (no sentido do francês *récit*) ou recorreu à fabulação [*storytelling (fabulation)*] como modo discursivo próprio à representação de eventos históricos ou como técnica para descrever “eventos” antes de fornecer a explicação que indicaria por que esses eventos aconteceram como aconteceram. Isso significa que os historiadores permaneceram ligados a um modo de representação – a narrativa – que era um elemento básico do mito, da ficção e da literatura em geral. Assim, no que diz respeito à *forma* de sua escrita, os historiadores do século XIX não eram muito diferentes dos artistas literários que serviam de antítipos nas conceitualizações canônicas de sua disciplina.

Em *Meta-História*, tentei dar conta da função da forma narrativa na produção do tipo de significado peculiar ao discurso histórico. Discerni entre uma série de *níveis* discursivos nos quais muito mais significados foram atribuídos aos eventos estudados do que se poderia justificar com base nos fatos que poderiam ser derivados apenas do estudo dos documentos. Este excesso de significados consistia, em grande parte, naquilo que Roland Barthes e outros chamaram de aspectos “conotativos” das palavras (os signos) utilizadas para descrever os eventos. Embora as historiadoras escolham, sem dúvida, as palavras que desejam utilizar para descrever os fenômenos que investigam, essas palavras vêm inevitavelmente carregadas de todo o tipo de significados – significados estes que excedem aqueles literais ou denotativos que essas palavras tinham no momento em que foram empregadas. Assim, independentemente do que uma determinada historiadora possa ter pretendido que as suas palavras significassem, as palavras efetivamente empregadas traziam consigo outros significados que lhes tinham sido associados por usos anteriores.

É certo que a historiadora que deseja falar e ser interpretada ao pé da letra, no que tem a dizer sobre o passado, possa insistir que o significado literal de suas palavras deve ser considerado pelo leitor, e não os significados incorporados à linguagem. Mas o número de palavras em qualquer língua que se possa dizer que têm um significado único e unívoco é muito pequeno – se é que existem palavras assim – e ninguém tem autoridade para limitar o número de significados que as palavras podem ter numa dada comunidade de usuários da língua. Este é apenas um exemplo da medida em que a língua estabelece limites ao que um determinado escritor ou orador pode dizer literalmente ao utilizar uma língua natural (em vez de uma linguagem técnica). E se isso é verdade para as palavras, também é verdade para as unidades de sentido maiores – orações, períodos, parágrafos e gêneros – usadas na composição de discursos, como os praticados nas ciências humanas.

Entre os problemas que herdei quando entrei no domínio da análise do discurso estava a relação entre a estória (*récit*) contada numa história narrativa sobre o desenrolar de uma série de eventos ao longo de um determinado período de tempo e o *argumento* apresentado, geralmente num modo não-narrativo, como um comentário, para explicar por que razão os eventos se desenrolaram da maneira como parecem ter se desenrolado. Pareceu-me que o segredo da atração que o discurso histórico exercia sobre o imaginário ocidental residia na forma como uma estória (*récit*) era associada, na representação do passado, a argumentos. Daí o meu esforço para identificar o que pareciam ser duas operações sintetizadoras: em primeiro lugar, a narrativização dos eventos que compunham a crônica, por meio da qual o que parecia ser apenas uma série de eventos era dotado de sentido narrativo ou, mais especificamente, de estruturas de enredo que informavam os diferentes gêneros de estórias manifestados na tradição mítico-literária ocidental. Em outras palavras, tratei a narrativização como uma espécie de explicação em si mesma, em conformidade com a crença comum de que, ao descobrir a estória embutida num conglomerado de eventos, está se descobrindo uma grande parte do significado desses eventos enquanto fenômeno histórico específico. A segunda operação de síntese empregada no discurso histórico consistia na submissão dos eventos já dotados, ou ao menos latentemente dotados, de coerência narrativa (o que agora eu definiria, com base em Roman Jakobson, como algo próximo à *sequenciação diferencial*¹²) a um processo adicional de *explicação*, seja em chave *explicativa*, seja em chave *interpretativa*¹³.

Na década de 1960, os filósofos da história tendiam a tratar a narrativização como um tipo de explicação a ser distinguida do modelo nomológico-dedutivo prevaletente nas ciências naturais. Parecia-me que, na medida em que a narrativização era um momento necessário para que um *conjunto* de eventos se constituísse enquanto uma *sequência distintamente histórica*, poder-se-ia considerar a relação entre a estória (*récit*) contada sobre os eventos como o *explicandum* para o qual o comentário servia de *explicans*. Ou seja, a narrativização pode ser considerada a operação por meio da qual um conjunto de eventos aparentemente aleatórios ou mesmo caóticos se constitui como um fenômeno especificamente histórico, isto é, uma sequência de eventos que constitui uma estória (*récit*) identificável e que,

¹² NT: o original *differential sequentiation* é, provavelmente, um conceito criado por White em referência à leitura que Roman Jakobson faz da linguística estrutural saussuriana, em particular a estruturação da linguagem em dois eixos: sintagmático (combinação linear dos signos) e paradigmático (seleção entre unidades possíveis em um ponto da cadeia). *Sequenciação diferencial* seria, nessa chave interpretativa, a combinação linear dos signos com base em suas diferenças (a unidade linguística adquire sentido pela diferença em relação às outras unidades de sentido possíveis na mesma posição da sequência na qual se localiza). Esse trecho é representativo da operação frequentemente empregada por Hayden White de traduzir certos aspectos da estrutura da linguagem em características análogas da estrutura da narrativa.

¹³ NT: A expressão original “*explanatory or interpretative explication*” apresenta uma formulação redundante e ambígua característica do estilo ensaístico de Hayden White. Embora não haja uma distinção conceitual precisa estabelecida pelo autor entre “*explanatory*” e “*interpretative*”, a duplicação sugere uma diferença de ênfase: entre formas de explicação mais estruturais, *causais* ou sistemáticas (possivelmente ligadas às chamadas *explanatory strategies*, equivalentes as *world hypotheses* de Stephen Pepper, discutidas em *Meta-História* e em textos contemporâneos como em *Interpretation in History*, também de 1973), e outras mais abertas à interpretação, à atribuição de sentido ou à leitura simbólica. Essa ambiguidade também pode remeter, de forma indireta, à distinção clássica entre explicação e compreensão (*Erklären* e *Verstehen*), típica do debate epistemológico entre ciências naturais e humanas e formalizada por Wilhelm Dilthey. A tradução optou por manter essa duplicidade com a formulação “explicação em chave explicativa ou interpretativa”, de modo a preservar a abertura conceitual do original.

como tal, convida à interpretação por um ou outro dos modos de explicação disponíveis nas ciências humanas, geralmente reconhecidos como canônicos numa dada configuração cultural. Em outras palavras, um conjunto específico de eventos históricos poderia tornar-se suscetível à explicação ou à interpretação se fosse dotado da coerência de uma estória (*récit*). Mas não a coerência de uma estória (*récit*) em geral, porque isso não existe, e sim a coerência específica de uma ou mais estruturas genéricas de enredo. É o enredamento (Ricoeur o chama de “*mise en intrigue*”), ou assim me pareceu, que confere significado culturalmente reconhecível às sequências de eventos reais. E é esse significado, por sua vez, que é passível de ser explicado por um ou mais dos modos de explicação que prevalecem nas ciências e no senso comum de uma dada formação cultural. Assim, temos uma operação quádrupla de síntese: 1) a constituição de um conjunto de eventos em uma série de fatos; 2) a transformação de uma série de fatos numa sequência através da narrativização (enredamento); 3) a transformação da sequência num possível *explanandum* para o senso comum ou para a ciência; e, finalmente, 4) a composição do discurso no qual a sequência histórica é explicada e interpretada (isto é, são extraídas as suas implicações ideológicas para a compreensão da sociedade do leitor projetado).

Foi a caracterização dos tipos de relações que se estabelecem entre os níveis do discurso histórico (enredamento, explicação e ideologização) que constituiu a maior dificuldade para mim na altura em que escrevi *Meta-História*.

Eu havia feito uma distinção entre o *referente* do discurso histórico (os eventos que estão sendo investigados) e o *sujeito* do discurso (os eventos trabalhados por meios discursivos de modo a tornarem-se suscetíveis de serem possíveis objetos de diferentes estratégias explicativas). Naquele momento, eu não percebia que o que eu tentava, tateando, alcançar era o conceito de substância do discurso – isto é, as maneiras pelas quais eventos reais do passado são dotados de qualidades; ou seja, situados em hierarquias de valoração e investidos de atributos positivos ou negativos, bons ou maus, admiráveis ou execráveis. Em todo o caso, foi na procura da chave para a compreensão da relação entre os diferentes níveis ou camadas do discurso histórico – narrativa, explicação, ideologia – que me vi forçado a recorrer à noção de *modos* de descrição que poderiam ser utilizados na caracterização preliminar ou inicial dos eventos em estudo, através dos quais estes poderiam ser dotados dos atributos que os tornavam suscetíveis a um ou outro tipo de enredamento enquanto elementos de uma estória, ou a um ou outro modo de explicação – e, assim, investidos de um ou outro tipo de implicação ideológica para o leitor. Pareceu-me que, para explicar os modos como aquilo que parecia ser apenas uma *descrição* de uma série de eventos do passado podia ser plausivelmente *enredado como uma estória de um tipo particular*, era necessário ter uma ideia das maneiras pelas quais, no processo mesmo de sua descrição, os eventos poderiam ser dotados de qualidades morais, ontológicas ou estéticas.

Foi neste ponto que a *teoria da tropologia*, tal como foi elaborada por Vico, Kenneth Burke, o grupo *Mu* na Bélgica, Harold Bloom e os vários neorretóricos que surgiram do movimento semiológico, me forneceu uma metodologia. Não vou tentar entrar em pormenores neste momento, mas, como Harold Bloom argumentou em *Um Mapa da Desleitura*, a tropologia fornece uma forma de seguir e mapear retrospectivamente os “desvios” da literalidade para a [into] linguagem figurativa, por meio dos quais se efetua o enredamento de eventos reais ou imaginários e, no processo, os dota de significados excedentes à sua significância enquanto “ocorrências”. Na simples percepção de que toda a narrativização é alegorização e de que a alegorização é o meio pelo qual os eventos são dotados de um significado mais moral ou ético do que simplesmente causal, encontrei uma forma de conectar a linguagem utilizada pelas historiadoras para descrever seus referentes aos vários tipos de códigos (enredamento, argumentação, ideologização) empregados para lhes conferir significado. Isto permitiu-me, ou assim pensei, explicar por que diferentes historiadoras podem fornecer relatos radicalmente diferentes – para não dizer antitéticos, mas igualmente plausíveis – dos mesmos fenômenos, sem distorcer “os fatos” ou violar qualquer uma das regras vigentes de tratamento de evidências. E isso me permitiu reconhecer algum mérito nas grandes historiadoras do passado sem a pretensão de classificá-las segundo o critério das práticas atuais – um modo profundamente a-histórico de estudar qualquer aspecto do passado, inclusive o passado da própria historiografia.

HAYDEN WHITE
*Universidade da Califórnia
 Santa Cruz*

UMA RÉPLICA.

*Uma Resposta às Quatro Perguntas
 do Professor Chartier*

Tradução recebida em 18/09/2025 • Aceita em 13/11/2025
 Revista de Teoria da História | issn 2175-5892



Este é um artigo de acesso livre distribuído nos termos da licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja citado de modo apropriado